

**Maria
Berenice
Dias**

**MANUAL
DE DIREITO
das FAMÍLIAS**

13^a edição
revista e atualizada

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 13.ª edição.

D541m Dias, Maria Berenice.
Manual de Direito das Famílias. / Maria Berenice Dias – 13. ed. rev. ampl. e atual. –
Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
1040 p.

Bibliografia.
Inclui Índices.
ISBN 978-85-442-3075-6.

1. Direito de família. 2. Direito Civil. I. Dias, Maria Berenice. II. Título.

CDD 344.6

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. DIREITO DAS FAMÍLIAS	39
1.1. Origem do direito	39
1.2. Lacunas	40
1.3. Origem da família	42
1.4. Origem do Direito das Famílias	44
1.5. Evolução legislativa	46
1.6. Tentativa conceitual	48
1.7. Natureza jurídica	49
1.8. Conteúdo	50
1.9. Constitucionalização	51
Leitura complementar	52
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	55
2.1. Princípios constitucionais	55
2.2. Princípios constitucionais e princípios gerais de direito	57
2.3. Princípios e regras	58
2.4. Monogamia	60
2.5. Princípios constitucionais da família	62
2.5.1. Dignidade humana	64
2.5.2. Liberdade	65
2.5.3. Igualdade e respeito à diferença	66
2.5.4. Solidariedade e reciprocidade	69

2.5.5.	Pluralismo das entidades familiares	69
2.5.6.	Proteção integral a crianças, adolescentes, jovens e idosos	70
2.5.7.	Proibição de retrocesso social	72
2.5.8.	Afetividade	73
2.5.9.	Felicidade	76
	Leitura complementar	78
3.	FAMÍLIA, MORAL E ÉTICA	81
3.1.	Moral, ética e Direito	81
3.2.	Família e ideologia	82
3.3.	Família e moral	83
3.4.	Família e ética	85
3.5.	Boa-fé objetiva	86
	Leitura complementar	89
4.	FAMÍLIA NA JUSTIÇA	91
4.1.	Lei e família	91
4.2.	A jurisdição de família	93
4.3.	Interdisciplinaridade	94
4.4.	Mediação e conciliação	95
4.4.1.	Constelação familiar e Direito sistêmico	99
4.5.	Especialização	100
4.6.	Ações de família	100
4.6.1.	Ações litigiosas	102
4.6.2.	Ações consensuais	105
4.7.	Competência	107
4.7.1.	Vara das Famílias ou da Infância e Juventude	108

4.8.	Questões probatórias	109
4.8.1.	Depoimento especial	111
4.9.	Tutela provisória, de urgência, antecipada, cautelar e de evidência	113
4.10.	Recursos	115
4.11.	Ministério Público	117
4.12.	Defensoria Pública	120
	Leitura complementar	121
5.	CULPA	123
5.1.	Culpado ou inocente?	123
5.2.	Anulação do casamento	124
5.3.	Separação	125
5.4.	Nome	126
5.5.	Alimentos	127
5.6.	Desconsideração da personalidade jurídica	128
5.7.	Sucessão	129
	Leitura complementar	129
6.	DANO MORAL	131
6.1.	O preço da dor	131
6.2.	Deveres do casamento e da união estável	134
6.3.	Noivado e namoro	137
6.4.	Dano moral e alimentos	139
6.5.	Abandono afetivo e alienação parental	140
6.6.	Perda de uma chance	142
	Leitura complementar	143

7. SITUAÇÃO JURÍDICA DA MULHER	145
7.1. A trajetória da mulher	145
7.2. Na legislação pretérita	147
7.3. Frente à Constituição da República	149
7.4. Na lei atual	150
7.5. No Judiciário	154
7.6. A Lei Maria da Penha	155
Leitura complementar	160
8. NOME	161
8.1. Tentativa conceitual	161
8.2. Composição	165
8.3. Nomes da família	166
8.4. O nome da mulher casada	169
8.5. Casamento	171
8.6. União estável	172
8.7. Divórcio	173
8.8. Anulação do casamento	174
8.9. Nome do homem	175
8.10. Reintegração do nome	175
8.11. Viuvez	176
8.12. Nome dos filhos	176
8.12.1. Casamento dos pais	176
8.12.2. Divórcio dos pais	177
8.12.3. Adoção	178
8.13. Multiparentalidade	178
8.14. Declaração de parentalidade	179
8.15. Inclusão do nome do padrasto	181

8.16.	Reprodução assistida	181
8.17.	Transgêneros	183
8.17.1.	Nome social	185
8.18.	Intersexuais	185
	Leitura complementar	186
9.	RELAÇÕES DE PARENTESCO	189
9.1.	Tentativa conceitual	189
9.2.	Classificação	191
9.2.1.	Natural, civil e socioafetiva	191
9.2.2.	Biológico ou consanguíneo	192
9.3.	Linha	193
9.3.1.	Linha reta	193
9.3.2.	Linha colateral	195
9.4.	Grau	197
9.5.	Afinidade	199
9.6.	Obrigação alimentar	201
	Leitura complementar	202
10.	FILIAÇÃO	203
10.1.	Filiação e reconhecimento dos filhos	203
10.2.	Visão histórica	204
10.3.	Tentativa conceitual	206
10.4.	Planejamento familiar	210
10.5.	Presunções da paternidade	212
10.6.	Estado de filiação e origem genética	216
10.6.1.	Biológica	219
10.6.2.	Registral	220

10.7.	Reprodução assistida	221
10.7.1.	Homóloga	223
10.7.2.	Heteróloga	225
10.7.3.	Gestação por substituição	227
10.8.	Contrato de geração de filho	228
10.9.	Posse do estado de filho	229
10.10.	Socioafetiva	230
10.11.	Homoparental	233
10.12.	Multiparentalidade	234
	Leitura complementar	239
11.	RECONHECIMENTO DOS FILHOS	241
11.1.	Distinções legais	241
11.2.	Reconhecimento voluntário	242
11.2.1.	Legitimidade	244
11.2.2.	Capacidade	245
11.3.	Formas	246
11.4.	Consentimento	248
11.5.	Impugnação	249
	Leitura complementar	250
12.	DECLARAÇÃO DA PARENTALIDADE	251
12.1.	Uma justificativa	251
12.2.	Interesses em conflito	252
12.3.	Verdade real, jurídica, presumida e afetiva	253
12.4.	Presunção da paternidade	254
12.5.	Relativização da coisa julgada	255
12.6.	<i>Exceptio plurium concubentium</i>	256

12.7. Competência	258
12.8. Litisconsórcio	259
12.9. Revelia	260
12.10. Ônus da prova	261
12.11. Exame de DNA	262
12.12. Desistência da ação	265
12.13. Prescrição	265
12.14. Ação declaratória da filiação socioafetiva	268
12.15. Reconhecimento de multiparentalidade	269
12.16. Ação de investigação de paternidade	271
12.17. Ação de reconhecimento de vínculo de ancestralidade	275
12.18. Ação de impugnação de parentalidade ou desconstitutiva do registro	276
12.19. Ação de supressão do patronímico paterno ou materno	278
12.20. Ação anulatória de registro	279
12.21. Ação negatória de paternidade	284
12.22. Ação declaratória de maternidade	288
12.23. Ação de retificação do registro civil	289
12.24. Ação declaratória da ascendência genética	291
12.25. Averiguação judicial da paternidade	292
12.26. Alimentos	295
Leitura complementar	300
13. PODER FAMILIAR	301
13.1. Visão histórica	301
13.2. Tentativa conceitual	303
13.3. Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente	305

13.4.	Pais separados	306
13.5.	Exercício	307
13.5.1.	Responsabilidade civil	309
13.6.	Usufruto e administração de bens	310
13.7.	Suspensão e extinção	313
13.7.1.	Suspensão	314
13.7.2.	Perda	316
13.8.	Lei da palmada ou Lei menino Bernardo	318
13.9.	Ação de suspensão e destituição	320
	Leitura complementar	323
14.	ADOÇÃO	325
14.1.	Visão histórica	325
14.2.	Tentativa conceitual	326
14.3.	Os conceitos do ECA	328
14.3.1.	Família natural	328
14.3.2.	Família extensa ou ampliada	330
14.3.3.	Família guardiã	333
14.3.4.	Família substituta	335
14.3.5.	Família adotiva	337
14.3.6.	Apadrinhamento	337
14.4.	Direitos e garantias	338
14.4.1.	Benefícios legais	340
14.5.	Adoção "à brasileira" ou afetiva	342
14.6.	Adoção dirigida ou <i>intuitu personae</i>	344
14.7.	Adoção consensual?	348
14.8.	Adoção unilateral	350
14.9.	Adoção homoparental	352

14.10. Adoção compartilhada	353
14.11. Adoção de nascituro	354
14.12. Adoção de maiores	355
14.13. Adoção de pais	357
14.14. Adoção póstuma	357
14.15. Os chamados filhos de “criação”	358
14.16. Habilitação à adoção	359
14.17. Ação de adoção	360
14.18. Ação de destituição do poder familiar	362
14.19. Ação declaratória de ascendência genética	363
14.20. Parto anônimo	364
14.21. A cruel realidade	365
14.22. O Estatuto da Adoção	368
Leitura complementar	370
15. PROTEÇÃO DOS FILHOS	373
15.1. Visão histórica	373
15.2. Tentativa conceitual	375
15.3. Guarda (convivência familiar)	376
15.4. Guarda unilateral	378
15.5. Convivência compartilhada	379
15.5.1. Igualdade parental	383
15.5.2. Base de moradia	386
15.6. Direito de convivência (visitas)	388
15.7. Estatuto da Criança e do Adolescente	390
15.8. Competência	391
15.9. Ação de estabelecimento do regime de convivência (guarda)	393

15.10. Execução do regime de convivência (visitas)	395
15.11. Busca e apreensão	398
15.12. Autorização de viagem	398
15.13. Dano afetivo	399
15.14. Alienação parental	403
15.14.1. Abuso sexual	406
15.14.2. Aspectos legais	407
15.15. Animais de estimação	409
Leitura complementar	413
16. DIREITO DO IDOSO	415
16.1. Tentativa conceitual	415
16.2. Doutrina da proteção integral	416
16.3. Estatuto do Idoso	416
16.4. Idoso na Justiça	418
16.5. Alimentos	419
16.6. Direito de casar	420
16.7. Adoção	421
16.8. Alienação parental e abandono afetivo	422
16.9. Tutela e curatela	424
Leitura complementar	424
17. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS AVÓS	427
17.1. Aspectos históricos	427
17.2. Direito à ancestralidade	428
17.3. Obrigação alimentar	430
17.4. Direito de convivência (visitas)	432
17.5. Guarda	433

17.6. Tutela e curatela	434
Leitura complementar	435
18. AMORES PLURAIS	437
18.1. Breve justificativa	437
18.2. Família constitucionalizada	438
18.3. Conceito atual de família	440
18.4. Matrimonial	442
18.5. Informal	444
18.6. Homoafetiva	446
18.7. Simultâneas ou paralelas	447
18.8. Poliafetiva	448
18.9. Monoparental	449
18.10. Parental ou anaparental	450
18.11. Composta, pluriparental ou mosaico	451
18.12. Natural, extensa ou ampliada	452
18.13. Substituta	454
18.14. Eudemonista	454
Leitura complementar	455
19. CASAMENTO	457
19.1. Visão histórica	457
19.2. Tentativa conceitual	459
19.3. Natureza jurídica	462
19.4. Estado civil	464
19.5. Espécies	464
19.5.1. Civil	465
19.5.2. Religioso com efeitos civis	465

19.5.3.	Por procuração	466
19.5.4.	Nuncupativo ou <i>in extremis</i>	467
19.5.5.	Putativo	468
19.5.6.	Homoafetivo	469
19.5.7.	Consular	469
19.5.8.	De estrangeiros	469
19.6.	Conversão da união estável em casamento	470
19.7.	Capacidade	470
19.8.	Impedimentos	472
19.8.1.	Impedimentos absolutos	472
19.8.2.	Causas suspensivas	475
19.9.	Processo de habilitação	476
19.10.	Celebração	478
19.11.	Posse do estado de casado	480
	Leitura complementar	481
20.	EFICÁCIA DO CASAMENTO	483
20.1.	Visão histórica	483
20.2.	Tentativa conceitual	484
20.3.	Direitos e deveres	486
20.3.1.	Fidelidade	489
20.3.1.1.	Infidelidade virtual	491
20.3.2.	Vida em comum no domicílio conjugal ..	493
20.3.3.	Mútua assistência, consideração e respeito ..	495
20.3.4.	Sustento, guarda e educação dos filhos ..	496
	Leitura complementar	497
21.	INVALIDIDADE DO CASAMENTO	499
21.1.	Tentativa conceitual	499

21.2.	Casamento inexistente	502
21.2.1.	Autoridade competente	504
21.2.2.	Declaração de vontade	504
21.2.3.	Diversidade de sexo	505
21.3.	Casamento existente	506
21.4.	Casamento nulo e anulável	508
21.4.1.	Nulo	509
21.4.2.	Anulável	512
21.4.3.	Menoridade	512
21.4.3.1.	Vício de vontade	515
21.4.3.2.	Revogação de procuração	518
21.4.3.3.	Incompetência do celebrante ...	519
21.5.	Efeitos quanto aos filhos	520
21.6.	Casamento putativo	520
21.7.	Ação de nulidade e de anulação	523
21.7.1.	Legitimidade	524
21.7.2.	Ônus da prova	526
21.7.3.	Interesse de agir	527
21.7.4.	Efeitos da sentença	527
21.8.	Alimentos	528
	Leitura complementar	529
22.	DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO	531
22.1.	Aspectos históricos	531
22.2.	O fim do instituto da separação	534
22.2.1.	Reconciliação	537
22.2.2.	Conversão da separação em divórcio	539
22.3.	Aspectos intertemporais	539

22.4.	Fim do casamento?	540
22.5.	Separação de fato	542
22.6.	Separação de corpos	545
22.7.	Morte	547
22.7.1.	Morte presumida e ausência	548
	Leitura complementar	549
23.	DIVÓRCIO	551
23.1.	Aspectos históricos	551
23.2.	Modalidades	553
23.3.	Divórcio por mútuo consentimento	554
23.3.1.	Recusa de homologação	556
23.4.	Divórcio judicial	557
23.4.1.	Legitimidade extraordinária	557
23.5.	Ação de divórcio	558
23.5.1.	Divórcio consensual	561
23.5.2.	Divórcio litigioso	562
23.6.	Divórcio extrajudicial	566
23.7.	Partilha de bens	571
	Leitura complementar	572
24.	UNIÃO ESTÁVEL	573
24.1.	Visão histórica	573
24.2.	Aspectos constitucionais	577
24.3.	Legislação infraconstitucional	579
24.4.	Tentativa conceitual	581
24.5.	Questões terminológicas	583
24.6.	Características	584

24.7. Estado civil	586
24.8. Nome	588
24.9. Impedimentos	589
24.10. Direitos e deveres	592
24.11. Efeitos patrimoniais	593
24.12. Reflexos sucessórios	598
24.13. Contrato de convivência	599
24.14. Contrato de namoro	601
24.14.1. Namoro qualificado	603
24.15. Indenização por serviços prestados	604
24.16. A Súmula 380	606
24.17. Conversão em casamento	606
24.18. Ação de reconhecimento e dissolução	609
24.19. Partilha de bens	612
24.20. Obrigação alimentar	615
24.21. Tutelas provisórias	616
Leitura complementar	617
25. FAMÍLIA HOMOAFETIVA	619
25.1. Tentativa conceitual	619
25.2. Previsão constitucional	621
25.3. Omissão legal	623
25.4. Via judicial	623
25.5. Avanços jurisprudenciais	625
25.6. As decisões das Cortes Superiores	625
Leitura complementar	627
26. FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS	629
26.1. Família invisível	630

26.2.	Sociedade de afeto e não de fato	632
26.3.	Inconstitucionalidade da diferenciação	639
26.4.	Poliafetividade	641
26.5.	Partilha de bens	642
	Leitura complementar	648

27. FAMÍLIA MONOPARENTAL 649

27.1.	Origem e conceito	649
27.2.	Divórcio	651
27.3.	Adoção	653
27.4.	Solteiros	653
27.5.	Reprodução assistida	655
27.6.	Famílias homoafetivas	655
27.7.	Irmãos, tios e avós	657
27.8.	Proteção estatal	657
	Leitura complementar	657

28. REGIME DE BENS 659

28.1.	Visão histórica	659
28.2.	Tentativa conceitual	660
	28.2.1. Meação	662
28.3.	Disposições gerais	664
	28.3.1. Diferenças entre os regimes	666
28.4.	Princípio da comunicabilidade	667
28.5.	Administração	671
28.6.	Vedações – Bens imóveis	673
	28.6.1. Vedações – Aval e fiança	676
	28.6.2. Vedações – Doações	678

28.7. Pacto antenupcial	679
28.8. Comunhão parcial	685
28.9. Comunhão universal	689
28.10. Participação final nos aquestos	692
28.11. Separação consensual de bens	695
28.12. Separação obrigatória de bens	696
28.13. Súmula 377	700
28.14. Alteração do regime de bens	703
28.14.1. Ação de alteração	706
Leitura complementar	708
29. PARTILHA	711
29.1. Questões patrimoniais	711
29.2. Mancomunhão	713
29.3. Uso exclusivo de bem comum	714
29.4. Sub-rogação	718
29.5. Dívidas e encargos	719
29.6. FGTS, verbas rescisórias e créditos trabalhistas	720
29.7. Ativos financeiros	722
29.8. Acervo societário	724
29.9. Outros bens e direitos	726
29.10. Desconsideração da personalidade jurídica: <i>disregard</i>	730
29.11. Edificação em imóvel de terceiros	733
29.12. Promessa de doação	735
29.13. Usucapião familiar	736
29.14. Aspectos processuais	738
29.14.1. Ação de partilha	739

29.14.2. Tutela provisória	741
29.14.3. Ação de anulação da partilha	742
Leitura complementar	744
30. BEM DE FAMÍLIA	745
30.1. Tentativa conceitual	745
30.2. Mínimo vital	746
30.3. Espécies de impenhorabilidade	747
30.4. Convencional	748
30.4.1. Instituição	749
30.4.2. Extinção	750
30.5. Legal	752
30.6. Beneficiários	756
30.7. Rural	758
30.8. Dívida alimentar	759
30.9. Aspectos processuais	759
Leitura complementar	760
31. ALIMENTOS	761
31.1. Visão histórica	762
31.2. Tentativa conceitual	764
31.3. Natureza jurídica	766
31.4. Naturais e civis	767
31.5. Características	768
31.5.1. Direito personalíssimo	768
31.5.2. Solidariedade	769
31.5.3. Reciprocidade	770
31.5.4. Proximidade	771

31.5.5.	Alternatividade	772
31.5.6.	Periodicidade	773
31.5.7.	Anterioridade	773
31.5.8.	Atualidade	774
31.5.9.	Inalienabilidade	775
31.5.10.	Irrepetibilidade	775
31.5.11.	Irrenunciabilidade	777
31.5.12.	Transmissibilidade	779
31.6.	Culpa	783
31.7.	Casamento	785
31.8.	Divórcio	787
31.9.	Nulidade do casamento	789
31.10.	União estável	790
31.10.1.	União estável simultânea	791
31.11.	Obrigação dos pais	793
31.12.	Parentalidade socioafetiva	796
31.12.1.	Multiparentalidade	797
31.13.	Nascituro	798
31.14.	Alimentos gravídicos	799
31.15.	Obrigação dos avós	805
31.16.	Obrigação dos parentes	808
31.16.1.	Obrigação dos irmãos, tios, sobrinhos e primos	809
31.16.2.	Obrigação dos parentes por afinidade	811
31.17.	Em favor do idoso	813
31.18.	Obrigação do Estado	814
31.19.	Compensatórios	816
31.20.	Transitórios	820

31.21. <i>Intuitu familiae</i>	824
31.22. Proporcionalidade-necessidade-possibilidade	825
31.23. Quantificação	828
31.23.1. Base de incidência	829
31.23.2. Imposto de renda	835
31.24. Ação de alimentos	837
31.24.1. Legitimidade	837
31.24.2. Procedimento	841
31.25. Competência	844
31.26. Ônus da prova	846
31.27. Definitivos e provisórios	847
31.28. Termo inicial	849
31.29. Litisconsórcio	851
31.30. Chamamento a integrar a lide	853
31.31. Oferta de alimentos	856
31.32. Extinção da obrigação alimentar	857
31.32.1. Indignidade	859
31.33. Título executivo	861
31.34. Liquidez e certeza	862
31.35. Cobrança	863
31.35. 1. Protesto	866
31.36. Cumprimento da sentença	868
31.36.1. Rito da prisão	869
31.36.2. Rito da expropriação	870
31.37. Execução de título extrajudicial	871
31.37.1 Rito da prisão	872
31.37.2 Rito da expropriação	872
31.38. Coação pessoal	872

31.38.1. Justificativa	876
31.38.2. Prisão	878
31.39. Expropriação	880
31.40. Parcelamento do débito	883
31.41. Duas cobranças em único processo	884
31.41.1. De título executivo judicial	884
31.41.2. De título executivo extrajudicial	885
31.42. Exceção de pré-executividade	886
31.43. Crime de abandono material	887
31.44. Prescrição	889
31.45. Ação revisional e exoneratória	889
31.46. Coisa julgada	894
31.47. Proporcionalidade e coisa julgada	894
31.48. Prestação de contas	895
Leitura complementar	897
32. TUTELA	899
32.1. Tentativa conceitual	899
32.2. Doutrina da proteção integral	902
32.3. Estatuto da Criança e do Adolescente	902
32.4. Compartilhada	903
32.5. Espécies	904
32.5.1. Documental	904
32.5.2. Testamentária	904
32.5.3. Legítima	905
32.5.4. Dativa	905
32.6. Protutor	906
32.7. Impedimentos	906

32.8.	Direito de recusa	907
32.9.	Manifestação do tutelado	908
32.10.	Encargos	908
32.11.	Ação de nomeação do tutor	909
32.12.	Exercício	910
32.13.	Prestação de contas	911
32.14.	Cessação	912
32.15.	Destituic�o	912
	Leitura complementar	913
33.	CURATELA	915
33.1.	Tentativa conceitual	915
33.2.	Pessoas com deficiência	920
33.3.	Pr�digo	921
33.4.	Casamento	922
33.5.	Espécies	923
	33.5.1. Autocuratela	924
	33.5.2. Curatela provisória	925
	33.5.3. Curatela compartilhada	925
	33.5.4. Tomada de decisão apoiada	926
33.6.	Enfermo e pessoa com deficiência	928
33.7.	Nascituro	928
33.8.	Legitimidade para requerer e para exercer a cura- tela	929
	33.8.1. Cônjuge ou companheiro	930
	33.8.2. Parentes ou tutores	930
	33.8.3. Representante de entidade de abriga- mento	931

33.8.4. Ministério Público	931
33.9. Exercício	932
33.10. Prestação de contas	933
33.11. Ação de curatela	934
33.11.1. Eficácia da sentença	936
33.12. Levantamento da curatela	939
Leitura complementar	940
34. ASPECTOS INTERNACIONAIS	941
34.1. Nascimento	942
34.2. Casamento	942
34.2.1. No estrangeiro	943
34.2.2. De estrangeiros	943
34.3. Divórcio e dissolução de união estável	944
34.3.1. Partilha de bens	947
34.4. Guarda e convivência	948
34.5. Alimentos	949
34.6. Adoção	951
34.7. Sequestro Internacional	953
34.8. Reflexos sucessórios	958
Leitura Complementar	959
35. QUESTÕES INTERTEMPORAIS	961
Leitura complementar	963
BIBLIOGRAFIA	965
TESES, SÚMULAS E ENUNCIADOS	999

Supremo Tribunal Federal	999
Súmulas	1001
Tribunal Federal De Recursos	1002
Superior Tribunal De Justiça	1003
Súmulas	1003
Jornadas Do Conselho Da Justiça Federal	1006
Jornada De Direito Civil	1006
Jornada De Processo Civil	1015
Jornadas De Direito Comercial	1016
Fórum Nacional Da Justiça Protetiva – FONAJUP	1017
Instituto Brasileiro de Direito De Família – IBDFAM	1019
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1023
Obras da Autora	1037